

# **ENTRE OS INTÉRPRETES DO BRASIL, A CONTRIBUIÇÃO DE LÉLIA GONZALEZ**

## **AMONG BRAZILIAN INTERPRETERS, THE CONTRIBUTION OF LÉLIA GONZALEZ**

**Solange Regina Marin**


Doutora

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Florianópolis, Brasil

[solmarin@gmail.com](mailto:solmarin@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-1427-2029>



A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

### **RESUMO**

**Objetivo:** O esquecimento das mulheres, enquanto produtoras de conhecimento e de objeto de estudo, está presente também quando se trata das visões interpretativas do Brasil. O presente artigo revisita a contribuição de Lélia Gonzalez para destacar o seu papel como intérprete do capitalismo brasileiro que tratou das especificidades das relações entre raça, gênero e classe no Brasil e na América Latina. Nosso argumento é resgatar Lélia Gonzalez como uma das intérpretes do Brasil e evocar a sua voz sobre a formação do capitalismo brasileiro permeado pelo racismo e sexismo. O texto apresenta: i) a vida, obra e influências e principais contribuições de Lélia Gonzalez ii) racismo e sexismo no desenvolvimento do capitalismo brasileiro e iii) a atualidade e a emergência da leitura de Lélia Gonzalez para a compreensão da sociedade brasileira. A última seção destaca que como as pessoas mais desalentadas são negras e as mais violentadas são as mulheres negras no Brasil, a realidade mostra que ainda não superamos o tempo dos senhores e escravos que dominava no cenário das casas grandes e das senzalas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil, Intérpretes, Lélia Gonzalez.

### **ABSTRACT**

The forgetfulness of women, as producers of knowledge and object of study, is also present when it comes to interpretive views of Brazil. This paper revisits Lélia Gonzalez's contribution to highlight her role as an interpreter of Brazilian capitalism that deal with the specificities of relations between race, gender and class in Brazil and Latin America. Our argument is to rescue Lélia as one of the interpreters of Brazil and evoke her voice on the formation of Brazilian capitalism permeated by racism and sexism. The paper presents: i) the life, work, influences and main contributions of Lélia, ii) racism and sexism in the development of Brazilian capitalism and iii) the actuality of Lélia reading for the understanding of Brazilian society. The last section highlights that as the most disheartened people are black and the most abused are black women in Brazil, reality shows that we have not yet overcome the time of masters and slaves that dominated the scene of the big houses and the slave quarters.

**KEYWORDS:** Brazil, Interpreters, Lélia Gonzalez.

**Classificação JEL:** B30; B50.

Recebido em: 28-11-2024. Aceito em: 28-11-2024

# 1 INTRODUÇÃO

As histórias, nas mais diversas áreas de conhecimento, da Literatura, Química, Física à Economia, silenciaram as mulheres por séculos. Por exemplo, a história Frankenstein, foi publicada em 1818 sem crédito para a autora, Mary Wollstonecraft Shelley, porque não se tinha o reconhecimento das mulheres como exercendo outras atividades que não a de “anjo do lar” nesse momento da Inglaterra.

Para Schiebinger (2004), as mulheres, durante séculos, têm sido excluídas das academias e universidades em razão pura e simplesmente de seu sexo. As poucas que triunfaram na ciência muitas vezes não usufruíram do reconhecimento, por exemplo, Marie Curie, a primeira a obter dois prêmios Nobel, nas áreas de Física (1903) e Química (1911), que foi impedida de entrar na prestigiosa Academie des Sciences, em 1911, porque era mulher.

Na Economia, mulheres que tiveram grande alcance na divulgação da nova ciência, por meio de um estilo literário próprio – como nos casos de Janet Marcet (Marcet, 1816), Harriet Martineau (Martineau, 1832) e Millicent Fawcett (Fawcett, 1911) –, foram apagadas e não constam na história do pensamento clássico em Economia. Sem mencionar as pensadoras que ficaram obscurecidas pelo sucesso de seus maridos economistas, como, por exemplo, Harriet Taylor Mill (Mill, 1851), Mary Paley Marshall (Marshall; Marshall, 1879) e Alva Myrdal (Myrdal; Klein, 1956).

Schiebinger (2001) afirma que a ciência, na sua ânsia de ter reconhecimento enquanto tal, recorreu a uma imagem vinculada a valores considerados masculinos e, com isso, relegou as mulheres ao papel de coadjuvantes na produção do saber, por suas características tidas como femininas. A autora destaca a importância de uma ciência feminista, e não feminina, por conta da conotação política do termo, e não por características herdadas geneticamente.

Kuiper (2022) destaca a necessidade de considerar a contribuição das mulheres para a construção do pensamento econômico. Afirma que pesquisadores e cientistas, incluindo economistas, tendem a construir seus trabalhos considerando as ideias dos seus professores passados e dentro de uma estrutura teórica ou programa de pesquisa em que foram treinados. Muitas das histórias, suposições e valores se tornam parte das noções básicas desses programas de pesquisa, que assumiram implicitamente o controle da área de pensamento.

Therefore, after decades, if not centuries, during which women were left out by the authorities in the field, it takes conscious action – with a risk to reputation and career – to bring them back in, as this means going against both the theoretical framework and the academic norms and values of the times. The absence of women in the room to ask the question “Where are the women?” has made it easier to normalize the invisibility of women in science, including economic issues. This, of course, was the same, if not more so, for people of color. Their absence protected those who were present – white male economists – from having to acknowledge their privilege and enabled them to rationalize the absence of women, and women of color in particular, as a matter of merit (Kuiper, 2022, p. 7).

Schmidt (2019) chama a atenção para a contribuição, via literatura, das escritoras para o entendimento da cultura brasileira e sua subordinação europeia, e destaca trabalhos de mulheres que escreveram nos idos de 1900 sobre a sociedade brasileira e o papel dos indígenas e dos negros na construção da nossa sociedade, para além da influência portuguesa. Mas essas mulheres foram silenciadas. Além disso,

[...] os textos de autoria de mulheres levantam interrogações acerca de premissas críticas e formações canônicas, bem como tensionaram as representações dominantes calcadas no discurso assimilacionista de um sujeito nacional não marcado pela diferença. A hegemonia desse sujeito sempre esteve calcada em formas de exclusão de outras vozes, outras representações. Nesse sentido, o processo de desconstrução da nacionalidade implica reconhecer textos marginalizados em razão da diferença de gênero, raça e classe social (Schmidt, 2019, p. 66).

O esquecimento das mulheres, enquanto produtoras de conhecimento e de objeto de estudo, está presente também quando se trata das visões interpretativas do Brasil. Quando se visita a página Intérpretes do Brasil (<http://www.interpretesdobrasil.org/>), é possível encontrar apenas três mulheres dentre os 16 pensadores do Brasil. Além disso, se considerarmos a questão da raça, as três mulheres mencionadas são brancas. Araújo (2020) afirma que o pensamento social brasileiro é um reduto de homens brancos, apesar de renovações temáticas e de abordagens que ocorreram nos últimos tempos. Destaca também que na lista dos grandes intérpretes do Brasil, foram poucos os intelectuais negros que furaram o cerco, e ressalta que Lélia Gonzalez é um nome central do pensamento social brasileiro, mesmo que não reconhecida como tal.

Para Araújo (2020), Lélia Gonzalez, como intelectual-militante, pioneira do feminismo negro no mundo, ofereceu uma perspectiva fértil para a compressão da formação contraditória do capitalismo dependente; seu legado, invisibilizado na academia, ajuda a pensar na opressão de raça, gênero e classe em nosso continente.

O presente artigo revisita a contribuição de Lélia Gonzalez, para destacar o seu papel como intérprete do capitalismo brasileiro que tratou das especificidades das relações entre

raça, gênero e classe no Brasil e na América Latina. Ainda que esteja ocorrendo um interesse recente pelo legado de Lélia (Cardoso, 2014; Costa, 2021; Oliveira, 2020), o foco está em rememorar a sua contribuição para o feminismo afro-latino-americano nas ciências humanas. Nosso argumento é resgatar Lélia Gonzalez como uma das intérpretes do Brasil e evocar a sua voz do silêncio sobre a formação do capitalismo brasileiro permeado pelo racismo e sexismo.

O texto apresenta a vida, obra, influências e principais contribuições de Lélia Gonzalez (seção 2); racismo e sexismo no desenvolvimento do capitalismo brasileiro (seção 3) e a atualidade de Lélia Gonzalez (seção 4). A última seção apresenta algumas considerações.

## **2. VIDA, OBRA, INFLUÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DE LÉLIA GONZALEZ**

Lélia de Almeida Gonzalez, antropóloga, filósofa, professora e ativista feminista e do movimento negro, nasceu no dia 1º de fevereiro de 1935 na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, e faleceu em 10 de julho de 1994, na cidade do Rio de Janeiro. Seu nome de nascimento é Lélia de Almeida, a décima-sétima de uma família com 18 filhos. Com trajetória parecida a de seus irmãos mais velhos, precisou trabalhar bem cedo; seu primeiro emprego foi como babá. Diferentemente do restante da família, teve mais oportunidades educacionais e seguiu seus estudos em escolas públicas. Parte dessa oportunidade decorreu do fato de seu irmão mais velho, Jaime de Almeida, atuar como jogador de futebol. Do colégio direcionou-se à universidade; obteve os títulos de bacharel em História e Geografia. Em 1962, tornou-se bacharel em Filosofia pela Universidade Estadual da Guanabara, atual UERJ (Rios, 2021).

No mundo universitário Lélia conheceu, vindo a se casar em 1964, Luiz Carlos Gonzalez, de quem recebeu o sobrenome que carregou por toda a vida. O matrimônio, apesar de marcado por amor, cumplicidade e reflexão racial, gerou grande trauma em sua vida: a rejeição da família de seu marido, de origem europeia, que não admitiu o laço conjugal. Isso pode ser notado nas palavras de Gonzalez, quando relata sobre a postura da família do marido ao saber de seu casamento.

No Brasil, é aceitável que um homem branco tenha um caso com uma mulher negra, mas casamento é outro assunto. Quando eles descobriam que nos casamos, ficaram furiosos. Me chamaram de preta suja. Era isso que eu tinha me tornado aos

olhos deles, apesar da minha educação, apesar da minha posição. Disseram que não queriam ver o filho nunca mais (Gonzalez, 2020a, p. 283-284).

As escolhas intelectuais e políticas de Gonzalez nas décadas seguintes foram influenciadas por essas e outras experiências com o racismo. Gonzalez não hierarquizava ações políticas e culturais; ambas eram relevantes para a transformação social (Rios; Lima, 2020).

Gonzalez lecionou em universidades como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Gama Filho (UGF), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e também em Colégios, como o Santo Inácio e o Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAP-UERJ).

Em termos de atuação social e política, Gonzalez fez parte do grupo de fundadores do Movimento Negro Unificado - MNU, principal canal de ressurgimento da luta pela igualdade racial, nos anos 1970, do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras do Rio de Janeiro – IPCN-RJ, do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, do Olodum (Salvador). Entre 1981 e 1984, compôs o primeiro diretório nacional do Partido dos Trabalhadores - PT, sempre preocupada com o ponto de vista marxista do PT sobre a questão racial. Foi candidata a deputada federal em 1982, com sua exclusão da coordenação do MNU, seguida da decepção com o PT do Rio de Janeiro. Apesar de suas críticas ao PT, o fundamental para Gonzalez era o compromisso do partido com o movimento social.

Em 1983, publicou um artigo na Folha de São Paulo com uma crítica ao programa de TV veiculado pelo PT, que foi apresentado em rede nacional sem mencionar a questão racial. Entre os temas abordados pelo partido, não houve referência à situação da população negra nem ao racismo. Gonzalez considerou a atitude como “racismo por omissão”, um dos aspectos da ideologia do branqueamento (Gonzalez, 2021).

Gonzalez foi assessora de Benedita da Silva, eleita vereadora no Rio Janeiro, de 1983 a 1984. Em 1985, desfilou-se do PT do Rio de Janeiro, pela ausência de trabalho efetivo na questão racial, e, em 1986, se candidatou a deputada estadual pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Participou da assembleia constituinte em 1987. Em 1989, rompeu com o PDT. No período de 1991 a 1994 atuou no centro Hilton Cobra. Quando faleceu, em 10 de julho de 1994, ocupava o cargo de diretora do Departamento de Política e Sociologia da PUC-Rio.

Dentre os seus ensaios se destacam *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1983), *A mulher negra no Brasil* (1984), *Por um Feminismo Afro-latino-Americano* (1988), *A categoria político-cultural de amefricanidade* (1988), e, dentre seus

artigos, *E a trabalhadora negra, cumé que fica?* (1982), no *Jornal Mulherio*, *A questão negra no Brasil* (1981), nos *Cadernos Trabalhistas*, *A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social* (1988), no *Jornal Raça e Classe*.

Entre os livros publicados estão *Lugar de Negro* (1982), em coautoria com o sociólogo argentino Carlos Hasenbalg, *Festas Populares no Brasil* (1987), premiado na Alemanha, *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa* (2018), compilação de artigos, textos e depoimentos de Lélia e de entrevistas com pessoas que conviveram com essa intelectual, organizado pela União dos Coletivos Pan-Africanistas de São Paulo, e *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, interpretações e diálogos* (2020), que é uma reunião de artigos, textos e entrevistas de Lélia Gonzalez.

Rios; Lima (2020) afirmam que Gonzalez é crítica dos chamados intérpretes do Brasil, ao destacar: o arianismo de Oliveira Vianna (1883-1951); o elogio à mestiçagem de Gilberto Freyre (1900-1987); as tintas patriarcais das formulações de Caio Prado Jr (1907-1990); as relações raciais brasileiras de Florestan Fernandes (1920-1995); e a especificidade do capitalismo no Brasil e América Latina de Fernando Henrique Cardoso (1931-). Na sociologia, faz uma interlocução com o pensamento sobre nação e relações raciais de Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) e com a escola baiana de Thales Olympio Góes de Azevedo (1904-1994). Na antropologia, estuda as formulações culturalistas de Arthur Ramos (1903-1949) e as reflexões estruturalistas de Roberto Da Matta (1936-).

Segundo Rios; Lima (2020), Gonzalez ainda foi influenciada pelo pensamento europeu. Foi impulsionada pelo feminismo no pós Segunda Guerra Mundial, especialmente o de Simone de Beauvoir, sobre valores e papéis de homens e mulheres. Do marxismo, resgata a reflexão sobre classes, ideologia e consciência, importante para a análise do contexto da ditadura militar no Brasil. Da psicanálise de Freud e Lacan, relembra o foco no aspecto cultural da dominação via linguagem. Da África, reaviva a influência do anticolonialismo de Amílcar Lopes Cabral (1924-1973); da América Latina e Caribe, recebe influência do pensamento feminista dos países americanos; e dos caribenhos, recebe a discussão sobre colonialismo.

Para Rios; Lima (2020), apesar de Gonzalez ter centrado o seu trabalho na temática da mulher, a autora se preocupou com diversos assuntos: democracia racial, feminismo, movimento negro, questão nacional, cultura brasileira, democracia, racismo, sexismo, resistências sociais, culturais e políticas e organização coletiva e crítica ao eurocentrismo. Gonzalez adotou um arcabouço teórico que vai da história à filosofia, passando pela psicanálise, antropologia e sociologia. Dessa formulação, e com conceitos de áreas

diversas, interpretou não apenas a sociedade brasileira, mas também a América Latina. Rebateu as formulações do pensamento social brasileiro que entendiam o mestiço como ponto positivo de nossa nacionalidade. Seu principal argumento:

Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é “mulher fácil”, de que é “boa de cama” (mito da mulata) etc. e tal (Rios; Lima, 2020, p.14-15)

Nas ideologias nacionais, Gonzalez comungou com outros intelectuais negros, como Abdias do Nascimento (1914-2011), e com brancos antirracistas, como Florestan Fernandes (1920-1995) e Octavio Ianni (1926-2004), a ideia de que a superação do mito da democracia racial era condição necessária não apenas para o combate ao racismo, mas também para o estabelecimento da verdadeira democracia (política) no país (Rios; Lima, 2020).

Rios; Lima (2020) ressaltam que Gonzalez tem sido referência para movimentos antirracistas e feministas a partir da produção sobre seu pensamento. Neste é possível mencionar três abordagens: a decolonial, a interseccional e a psicanalítica. A decolonial estabelece uma crítica ao viés eurocêntrico das ciências sociais e do feminismo ocidental. O olhar interseccional envolve as dimensões da dominação sexual, de classe e de raça articuladas nas formas de opressão e hierarquização racial, bem como na formação de identidade de afirmação coletiva. A abordagem psicanalítica, especialmente de Jacques Lacan e Sigmund Freud, permite reflexão sobre a cultura via canais de comunicação entre a psicanálise e as ciências sociais, mediante explicações interdisciplinares. Sobre o resgate de Gonzalez e seu pensamento destaca-se:

Sua produção floresceu em um contexto no qual a construção historiográfica brasileira estava sendo redesenhada por uma nova intelectualidade, sobretudo uma intelectualidade negra que assumia a responsabilidade de revisitar nossa formação social, ressaltando a importância da população negra enquanto sujeito político desta sociedade, e não apenas como capital humano decorrente do modo de produção escravista, tal como lido pelos clássicos do pensamento social brasileiro, como Gilberto Freyre (2006) e Caio Prado Júnior (1956), por exemplo (Fernandes, 2021, p. 2)

Para Oliveira (2020, p. 94), as experiências pessoais, intelectuais e de militância de Gonzalez geraram sua inquietação sobre as discussões no campo teórico, por não se atentarem para o fato de se darem no campo das relações sociais da sociedade brasileira: “racismo e sexismo se encarnam na figura da mulher negra provocando uma diversificação de papéis muitas vezes ambíguos entre si”.

A partir dessas inquietações, Gonzalez estabelece suas críticas aos intérpretes brasileiros e à visão romantizada sobre o processo de formação do capitalismo no Brasil. Gonzalez foi original e construiu novas categorias e conceitos. O termo “pretuguês” da autora significa uma espécie de africanização ou criouliização do idioma falado no Brasil e representa uma descolonização epistemológica (Oliveira, 2020).

Além disso, ressalte-se a discussão do racismo por denegação e não apenas o racismo por segregação, tendo como suporte a psicanálise de Freud e Lacan e a amefricanidade – uma identidade afro-latino-americana – “como categoria política-cultural que, a seu ver, ultrapassa as barreiras territoriais, linguísticas e ideológicas, permite construir um entendimento mais profundo de toda a América, contestando a apropriação do termo para definir apenas os estadunidenses” (Rios; Lima, 2020, p. 20).

Para Araújo (2020), é possível fazer uma divisão da obra de Gonzalez em duas fases. Na primeira, anos 1970 e 1980, está presente o interesse na compreensão da formação do capitalismo brasileiro levando em conta o papel das questões raciais, com uma aproximação crítica da perspectiva marxista. Nos anos 1980, as categorias marxistas de análise cedem lugar a um diálogo com a psicanálise, com o feminismo e uma perspectiva ligada ao afrocentrismo.

Gonzalez (2020b), quando trata de cultura, etnicidade e trabalho, realça os efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher, como em texto original de 1979<sup>1</sup>, no qual trabalha com o entendimento do funcionamento do modo de produção capitalista no Brasil como desigual e combinado. Para Araújo (2020), Gonzalez defendia a existência de um capitalismo desigual e dependente, e o que torna a sua análise particular é a centralidade do racismo e das relações de gênero – estão integrados na conformação do capitalismo. Gonzalez se apoiou nas formulações do intelectual argentino José Nun<sup>2</sup> (seus conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal) para defender que a população negra ocupa um lugar de massa marginal nas relações de trabalho no Brasil.

---

<sup>1</sup> O texto “Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher” foi apresentado como comunicação no 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association (LASA), Pittsburgh. EUA, abril/1979.

<sup>2</sup> Para Nun, a existência de uma superpopulação funcional do ponto de vista da reprodução capitalista, por comprimir os salários, é insuficiente para explicar o capitalismo como este se desenvolveu na América Latina. Nun propõe, então, o conceito de “massa marginal”, para designar a parte da população excedente que não estabelece relações funcionais com o sistema produtivo, isso é, que não se integra ao mercado de trabalho formal nem mesmo como “reserva”. Em termos mais concretos: seriam massa marginal, por exemplo, trabalhadores ocasionais, trabalhadores ambulantes, prestadores de serviços domésticos, trabalhadores não-assalariados, etc. (Araújo, 2020).

Para Gonzalez (2020b), quando Nun retorna à questão da funcionalidade da superpopulação relativa, afirma que no Brasil grande parte dela se torna supérflua e constitui a massa marginal em face do processo de acumulação hegemônico das grandes empresas monopolistas. O desemprego e o subemprego incidem sobre a massa marginal. Segundo Araújo (2020), o conceito de massa marginal, para Gonzalez, serviu para explicar as relações de trabalho no capitalismo brasileiro – desigual, dependente, racista e sexista.

Gonzalez (2020b) verifica de que maneira o gênero e a etnicidade são manipulados, de forma que, no caso do Brasil, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, coincidentemente, pertencem às mulheres e à população negra. Segundo Araújo (2020), Gonzalez recupera a história da escravidão e da abolição para demonstrar que não ocorreu uma transformação do trabalhador escravizado no trabalhador livre assalariado, como no capitalismo modelo dos países centrais. Embora fossem vínculos de formas pré-capitalistas de uso da mão de obra, as relações escravistas ainda existiam em parte do mundo rural após a Abolição, na visão de González. A permanência dessas formas não significava a sobrevivência arcaica de um sistema de produção ultrapassado, que desapareceria com o desenvolvimento do capitalismo. Para Gonzalez, o capitalismo brasileiro dependente teria integrado e se aproveitado dessas relações de trabalho; o racismo não estaria em descompasso com o capitalismo, mas seria parte integrante dele; não representa um atraso, mas uma tecnologia produtora de desigualdade, adequada para a acumulação (Araújo, 2020).

Para Gonzalez (2020b), o debate em torno do “dualismo estrutural” (sociológico e econômico) das formações periféricas, por exemplo, não se apercebe de que, num sistema cujas partes apresentam contradições estruturais que o ameaçam, a manutenção do equilíbrio consiste em minimizar a interdependência dessas partes, em fragmentar de certo modo o conjunto. A não funcionalidade da massa marginal se converte em “afuncionalidade”, o que favorece os diferentes níveis de autonomia dos subsistemas em que se acha contida.

Gonzalez (2020b, p. 31) destaca que as diferentes posições teóricas explicam a situação da população de cor, mas seguem a razão ocidental. O distanciamento científico quanto ao objeto (negro e o mulato) revela a necessidade de desconsiderar que: “enquanto brasileiros, não podemos negar nossa ascendência negra/indígena, isto é, nossa condição de povo de cor”.

Gonzalez (2020b) também discute as tendências na análise das relações raciais no Brasil. A sociologia acadêmica destacaria a integração e assimilação do negro como

decorrente das exigências do industrialismo e da modernização. A marginalização seria consequência do despreparo do ex-escravo para assumir os papéis de homem livre, inclusive na esfera do trabalho. No marxismo ortodoxo, a categoria raça foi diluída numa temática econômica; a discriminação aparece como um instrumento manipulado pelo capitalista que visa, mediante a exploração das minorias raciais, dividir o operariado. Os grupos racialmente subordinados são as minorias que internalizam o processo de colonização. No Brasil, a ideologia do branqueamento esteve articulada ao mito da democracia racial.

Quando trabalha com as relações raciais no Brasil após a Abolição, Gonzalez (2020b) afirma que o legado da escravidão foi uma distribuição geográfica da população negra com concentração no chamado Brasil subdesenvolvido (regiões em que predominam as formas pré-capitalistas de produção com sua autonomia relativa). No capitalismo monopolista, a população negra constitui massa marginal, e no capitalismo industrial, se configura em exército industrial de reserva.

O racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua eficácia estrutural, por estabelecer uma divisão racial do trabalho, e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas (Gonzalez, 2020b). A autora faz alguns questionamentos a respeito: tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista? Possuem o mesmo tratamento em preenchimento de vagas de trabalho, acesso à educação e no tocante à relação nível educacional/nível de renda, e estão livres da discriminação ocupacional?

Gonzalez (2020b) destaca as relações raciais no Brasil após a Abolição e afirma que o regime escravista esteve presente nas regiões de *plantation* e mineração, com processos de mestiçagem e a emergência de uma população de cor livre. A região sudeste foi a última a deslocar a massa escrava, sendo local de instalação tardia do regime escravista.

Note-se que a existência de um Brasil subdesenvolvido, que concentra a maior parte da população de cor, de um lado, e de um Brasil desenvolvido, que concentra a maior parte da população branca, de outro, não é algo que esteja desarticulado de toda uma política oficial que, de meados do século XIX até 1930, estimulou o processo de imigração europeia, destinada a solucionar o problema da mão de obra no Sudeste (Gonzalez, 2020b). A autora relembra, a esse respeito, a afirmação de Florestan Fernandes de que até 1930 a população negra foi marginalizada do processo competitivo quanto ao mercado de trabalho, e foi substituída pela mão de obra imigrante.

Nas relações raciais no Brasil após a Abolição, Gonzalez (2020b) menciona a educação e o nível de renda e realça o acentuado diferencial de renda entre brancos (relação linear entre educação e renda) e negros com o mesmo nível educacional. A explicação estaria na discriminação ocupacional. Uma prova da discriminação está incrustada na Lei Afonso Arinos (1951), promulgada por Getúlio Vargas em 03/07/51, que proíbe a discriminação racial no Brasil. Considera que todos são iguais perante a lei e que o negro é um “cidadão igual aos outros”, pois, graças à Lei Áurea, nosso país é o grande complexo de harmonia inter-racial, a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada. Esse é o mito da democracia racial, modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil: “Se o negro não ascendeu socialmente e não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio” (Gonzalez, 2020b, p. 38). Para Araújo (2020), ao debater o capitalismo com foco no racismo, Gonzalez afirmou a existência da discriminação racial que atravessa as diferentes classes sociais; o racismo beneficia a burguesia e os trabalhadores brancos.

Para Gonzalez (2020b), a mulher negra, após a abolição da escravatura, é a viga mestra de sua comunidade, e nos dias atuais a situação é semelhante. A autora destaca os dados dos Censos sobre educação e inserção no mercado de trabalho, e afirma que dos anos 1950 aos anos 1970, quando estava escrevendo, ocorreu deterioração das possibilidades quanto ao mercado de trabalho da população negra.

O lema do abolicionismo, de que o negro poderia ser doutor, parece cada vez mais ilusório, e Gonzalez (2020b) se pergunta sobre quais mecanismos foram utilizados pelas classes dominantes para neutralizar a participação negra nos diferentes níveis da sociedade brasileira. Menciona que a resposta poderia ser encontrada numa análise de Oliveira Viana, ideólogo do racismo brasileiro. As exigências do sistema são a explicação fundamental. A presença do racismo cultural, além da discriminação efetiva, que leva tanto algozes como vítimas a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. Para Araújo (2020), as mulheres negras, massa marginal, estavam em atividades específicas em consequência das relações de gênero, além das de raça; estavam na prestação de serviços domésticos junto às famílias de classe média e alta e nos serviços “refúgios”: serventes em supermercados, escolas e hospitais.

Gonzalez (2020b) era crítica dos textos feministas pelo seu atraso nessa discussão e pelo fato de que as categorias usadas neutralizavam a questão da discriminação racial.

O que persistia era a presença dos mecanismos do ideal de branqueamento e do mito da democracia racial. Junto a isso, estava o atraso político dos movimentos feministas brasileiros, porque marcava presença a necessidade de denegação do racismo. Aqui está uma das grandes contribuições de Gonzalez, com respeito ao chamado racismo por denegação, para denotar as sociedades de origem latina.

Gonzalez (1988) afirma que na estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, o racismo teve papel fundamental na internalização da superioridade do colonizador pelos colonizados, e ele representa duas faces que só se diferenciam enquanto táticas que visam ao mesmo objetivo: exploração/opressão. Gonzalez se refere ao racismo aberto e ao racismo disfarçado. O primeiro predomina nas sociedades de origem anglo-saxônica, germânica ou holandesa; negra é a pessoa que tenha tido antepassados negros e a miscigenação é algo de impensável (embora o estupro e exploração sexual da mulher negra sempre tenha ocorrido), na medida em que o grupo branco pretende manter sua pureza e reafirmar a sua superioridade. A única solução é a segregação dos grupos não brancos. No caso das sociedades latinas, tem-se o racismo disfarçado – racismo por denegação; nesse contexto, prevalecem as teorias da miscigenação, da assimilação e da democracia racial. “A chamada América Latina que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação” (Gonzalez, 1988, p. 72).

Gonzalez (2020b, p. 43) utiliza essa necessidade de denegar o racismo para afirmar que o discurso do movimento feminista no Brasil “é predominantemente de esquerda, enfatizando a importância da luta junto ao empresariado, de denúncias e reivindicações específicas. Todavia, é impressionante o silêncio com relação à discriminação racial”. A atribuição de atraso ao movimento feminista brasileiro decorre do silêncio deste sobre a discriminação racial e da não consideração de que “a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra” (*Ibid.*, p. 43)

Aqui também se destaca a situação da juventude negra no Brasil. “Um dos mecanismos mais cruéis da situação no negro brasileiro na força de trabalho se concretiza na sistemática perseguição, opressão e violência policiais contra ele” (Gonzalez, 2020c, p. 46). Na questão da distribuição de renda, está presente a necessidade do trabalho infantil nas famílias negras. Os jovens negros se revoltam contra a falta de oportunidades e os estereótipos e as jovens negras estão, na sua maioria, em trabalho doméstico, prostituição e na “profissão” de mulata. A juventude negra, com a divisão racial do trabalho, é a mais atingida pelo desemprego aberto ou disfarçado.

Observe-se que Gonzalez escreve sobre o lugar da população negra no mercado de trabalho, especialmente de mulheres e jovens, nos anos de 1970, mas sua análise reflete a atualidade brasileira.

### 3. RACISMO E SEXISMO NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL

Gonzalez (2020d) destaca que os casamentos inter-raciais eram resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante. Afirma que na década de 1930 foi criado o mito da democracia racial, e que Gilberto Freyre foi o seu principal articulador com o lusotropicalismo. “O efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistente em nosso país graças ao processo de miscigenação” (Gonzalez, 2020d, p. 50).

Para Nascimento (2019, p. 370), os estudos de Gonzalez questionam os fundamentos do pensamento social brasileiro e da cultura nacional, em especial o mito da democracia racial – a ideia de uma harmonia nas relações sexuais entre portugueses e mulheres negras. Diferentemente do romantismo de Gilberto Freyre, Gonzalez argumenta que as relações foram resultado da violência que a minoria branca impôs às mulheres negras. “O maior efeito da crença freyriana foi o de que, graças à miscigenação, o racismo é inexistente aqui no país tropical, onde pairaria uma suposta democracia racial”.

Para Viana (2006), no final do século XIX e início do XX ocorreu a emergência do nacionalismo, o crescimento pronunciado da população urbana, o surgimento de questões sociais e científicas. O nacionalismo ocidental, com práticas e discursos militares, industriais e racistas, se firmou na chamada era das etnias, época da criação e afirmação das nações modernas. Raça e nação confundiram-se, e a primeira qualificava a estética do corpo e o caráter do indivíduo, no processo de alcance do *status* de progresso e desenvolvimento nacional.

Landes (2002)<sup>3</sup> destaca que ao conhecer Oswaldo Aranha, ministro do Estado Novo (1937-1945) – de reputação internacional, respeitado por sua lealdade às nações democráticas, simpático, natural do europeizado Rio Grande do Sul –, ficou assustada com o seu entendimento sobre os negros. Quando Landes entregou sua carta de apresentação ao ministro, ele disse:

---

<sup>3</sup> Ruth Landes chegou ao Brasil em 1938 para realizar uma pesquisa antropológica sobre a vida dos negros com o intuito de completar seu doutorado em antropologia na Universidade de Columbia.

O Brasil precisa ser corretamente conhecido. Especialmente a sua situação política, e, uma vez que vai estudar os negros, devo dizer-lhe que o nosso atraso político, que tornou esta ditadura necessária, se explica perfeitamente pelo nosso sangue negro. Infelizmente. Por isso, estamos tentando expurgar esse sangue, construindo uma nação para todos, “embranquecendo” a raça brasileira (Landes, 2002, p. 40-41)

Viana (2006) afirma que essa mentalidade era compartilhada com as elites e o povo brasileiro, e isso possibilitou ao Governo de Vargas expressá-la na constituição de uma identidade nacional. Tiveram papel fundamental na consolidação dessa identidade as interpretações e os intérpretes dos anos 1930, especialmente Gilberto Freyre.

A narrativa histórica e sociológica que a legitimou seria a da suposta “benignidade” do colonialismo ibérico em comparação ao colonialismo Anglo-saxônico. O Brasil, em contraste com o modelo segregacionista dos Estados Unidos da América tornara-se, segundo Hanchard<sup>4</sup>, uma acentuada celebração da africanidade – distinguindo-o dos países da América Latina. O que evidenciava que a miscigenação foi benéfica para o Brasil, mas, contraditoriamente, mantinha-se a “esperança” de embranquecer a população, incentivada por medidas políticas, econômicas e administrativas concomitante ao seu desenvolvimento não restrito apenas às questões econômicas. Essa retórica era difundida pelos governos e pelas elites nacionais para manterem o Brasil, no cenário internacional, identificado como um país branco e livrá-lo do estigma de ser composto majoritariamente de sub-raças (Viana, 2006, p. 28).

O texto *Racismo e sexismo na cultura Brasileira*, originalmente escrito em 1980, mostra o questionamento de Gonzalez sobre como os interpretadores do Brasil entendiam o povo negro, em especial as mulheres negras. O ponto de partida de Gonzalez (2020e), nesse texto, é questionar a identificação do dominado com o dominador, influenciada pela psicanálise de Freud e Lacan. Sua resposta está no fato de que o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e sexismo.

Segundo Oliveira (2020), Gonzalez defende que só é possível compreender a identificação do dominado com o dominador, se o racismo for entendido como a sintomática da neurose brasileira e estiver articulado com o sexismo que afeta violentamente a mulher negra. Para Gonzalez (2020e), o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Essa neurose tem efeitos sobre a mulher negra e influencia as noções de mulata, doméstica e mãe preta. “Por que o negro é isso que a lógica da

---

<sup>4</sup> Refere-se ao livro intitulado “Orfeu e o poder: movimento negro no Rio e em São Paulo (1945-1988)”, cf. Hanchard (2001).

dominação tenta (e consegue muitas vezes), nós sabemos, domesticar?” (Gonzalez, 2020e, p. 77).

Oliveira (2020) destaca a afirmação de Gonzalez de que o racismo à brasileira é um sintoma da neurose cultural do país, que vem da negação de nos entendermos como uma sociedade hierárquica e racista. Para a autora, somente a tomada de consciência dessa estrutura inconsciente, que mantém a dicotomia *dominantes e dominados*, é que a população negra, e em especial a mulher negra, pode resistir e romper com essa estrutura. Por isso, a compreensão da sociedade brasileira passa pela reflexão a respeito da sua africanidade, latinidade e indianidade.

Para Gonzalez (2020e), a leitura tradicional da sociedade brasileira denota que não existe racismo no Brasil. Aqui não tem diferença, pois

[...] todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas [...] Nem parece preto (Gonzalez, 2020e, p. 78).

O pessoal aqui diz: não existe racismo no Brasil e o povo complementa da seguinte maneira: porque o negro não se põe no seu lugar. Além de uma discriminação, uma divisão racial do trabalho que a gente percebe tranquilamente, há uma divisão racial do espaço também. Aí nós vamos perceber o seguinte, que a atuação da polícia, da repressão policial, ela é típica [...] então veja: no nosso caso, quando eu falava de semelhança com a África do Sul, a polícia brasileira ataca as favelas, invade as casas das pessoas, rouba os objetos das famílias e, vejam, a questão do desemprego, da própria crise econômica brasileira, como ela é articulada com o racismo [...] (Gonzalez, 1994, p. 385)

Gonzalez (2020e) trabalha com duas noções para o entendimento da lógica dominado-dominador: consciência (lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber) e memória (o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção). Oliveira (2020) destaca que ambas estão articuladas às concepções marxistas, de modo que existiria uma relação dialética entre consciência e memória que se realiza à medida que a consciência exclui o que a memória inclui. “A memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura; por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência” (Gonzalez, 2020e, p.79). “No que se refere à gente crioula, a gente saca que a consciência faz tudo para nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela para tudo nesse sentido. Só que isso tá ai [...] e fala” (*Ibid.*, p. 79).

Segundo Gonzalez (2020e), o apelo à ideologia do branqueamento teve sucesso<sup>5</sup>. Foi um crioulo, apelidado de mulato, quem foi o primeiro na sua articulação em discurso científico – Oliveira Vianna. “Branqueamento é o que a consciência cobra da gente para mal aceitar a presença da gente. Se a gente parte para alguma crioulice, ela arma logo um esquema para gente ‘se comportar como gente’. E tem muita gente da gente que só embarca nessa” (*Ibid.*, p. 79).

Gonzalez (2020e, p. 80) se vale do Carnaval para exemplificar o papel de mulata da mulher negra e o mito da democracia racial. “É justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica”. Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra”. No carnaval, a mulher negra se transforma em rainha, ““mulata deusa do samba”, “que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente”” (*Ibid.*, p. 80). Porém, o outro lado desse endeusamento é a transfiguração em empregada doméstica. Os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito, e o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama (tempo da escravidão).

Outras ideias presentes na cultura brasileira, segundo González (2020e, p. 83), incluem a de que concubinação com mulher negra, tudo bem, mas casamento é demais. “Se é preta só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço”. A autora se pergunta “como é que a gente chegou a este estado de coisas, com a abolição de tudo em cima”?

Para responder à pergunta, Gonzalez (2020e) usa um trecho de Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil Contemporâneo*, para denotá-lo como expressão da neurose cultural brasileira. Nesse trecho é negado o estatuto de ser humano às mulheres negras; são apenas objeto. “É por aí que a gente compreende a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo. Ou seja, insistem em esquecê-las” (Gonzalez, 2020e, p. 84).

Gonzalez (2020e) afirma que não chegamos a esse estado de coisas; a rigor, a gente nunca saiu dele. Gonzalez (2020e, p. 87) volta a Caio Prado Jr. e sua citação de um autor francês, André Maurios, segundo o qual “o milagre do amor humano é que, sobre um instinto tão simples, o desejo, ele constrói os edifícios de sentimento os mais complexos e

---

<sup>5</sup> Sua própria história de vida denota esse apelo: quando universitária, “transava” essa ideia de ficar branca; foi após a morte de seu marido e com a psicanálise que percebeu a força da ideia do branqueamento. Nas palavras de Gonzalez: “na faculdade eu já era uma pessoa de cuca já perfeitamente embranquecida, dentro do sistema” (Gonzalez, 1994, p. 383).

delicados” e destaca que para Caio Prado “é esse milagre que o amor da senzala não realizou e não podia realizar no Brasil Colônia”.

Gonzalez (2020e, p.87) afirma que nem Freud conseguiu definir neurose melhor do que Maurios. Quanto à negativa de Prado Jr., sabemos o que afirma: “o amor da senzala só realizou o milagre da neurose brasileira graças a essa coisa *simplérrima* que é o desejo”. Tão simples, indica ironicamente Gonzalez, que Freud passou a vida toda escrevendo sobre ela. “Definitivamente, Caio Prado Jr. “detesta” nossa gente” (*Ibid.*, p. 87). A autora afirma que Caio Prado Jr. dá uma

[...] única colher de chá, quando fala da “figura boa da ama negra” de Gilberto Freyre, da “mãe preta”, da “bá”, que “cerca o berço da criança brasileira de uma atmosfera de bondade e ternura”. Nessa hora a gente é vista como figura boa e vira gente. Mas, aí ele começa a discutir sobre a diferença entre escravo (coisa) e negro(gente) pra chegar, de novo, a uma conclusão pessimista sobre ambos (*Ibid.*, p. 87).

Porém, Gonzalez (2020e) afirma que com a mãe preta a verdade surge da equivocação; é a mãe preta que dará a rasteira na raça dominante. A mãe preta:

Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe para dormir, que acorda de noite para cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? Ela é a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira (*Ibid.*, p. 87).

A mãe preta, ao exercer a função materna, passou todos os valores que lhe diziam respeito para a criança brasileira, como diz Caio Prado Jr. Gonzalez (2020e) complementa:

Essa criança, esse “infans”, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da “língua materna” e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente. Ela passa pra gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai (*Ibid.*, p. 88).

Para Gonzalez (2020e), se o negro ganhou a batalha de discurso, em termos de cultura brasileira, o que aconteceu com o europeu, o branco, o dominador? Desbancado do lugar do pai (da adolescente neurótica que conhecemos como cultura brasileira), “ele só pode ser o tio ou o corno; do mesmo modo que a europeia acabou sendo a outra” (*Ibid.*, p. 93).

O Brasil, diante dessa interpretação que considera o papel do povo negro, e em especial a influência do povo negro e dos povos indígenas na constituição da cultura brasileira, pode ser entendido a partir do termo *amefricanidade*. O país faz parte de uma América Africana, ou melhor, uma América Ladina!

[...] a América, enquanto sistema etnográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo *amefricanas/amefricanos* designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à América muito antes de Colombo. Ontem como hoje, americanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa *Amefricanidade* que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o *racismo*, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades (Gonzalez, 1988, p. 77, grifo próprio).

Quando escreve no final dos anos de 1980, e mais sob a influência da psicanálise do que do marxismo, conforme destacado por Araújo (2020), Gonzalez ainda defende o entendimento de que o racismo e o sexismo são partes integrantes do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Gonzalez (2020f) identifica a tripla discriminação sofrida pelas mulheres negras, sintetizando as diversas discussões que estabeleceu em sua obra, inclusive quanto à questão da exploração do trabalho e do caráter dependente do capitalismo latino-americano.

Para Cardoso (2020), Gonzalez articula racismo com sexismo com a intenção de entender a forma como as mulheres negras e indígenas – em sua posição social, que se articula com sua discriminação racial e sexual – são as que sofrem mais brutalmente os efeitos da crise. Em sua concepção, a *amefricanidade* tem “um caráter distintivo que a define como proposição pedagógica decolonial feminista, manifesto na tessitura de um caminho de aprendizagem, constituído pelos saberes e as histórias reescritas pelas mulheres contra a subalternização e exploração (Cardoso, 2020, p. 47).

Gonzalez (2020) destaca que a questão racial foi escondida da região latino-americana, e afirma que o feminismo da América Latina perdeu força quando abstraiu um fato da maior importância – a multiracialidade e a pluriculturalidade das sociedades da região. Por exemplo, trabalhar com a divisão sexual do trabalho sem fazer a articulação com a correspondente ao nível racial, é ficar em uma forma “de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco” (Gonzalez, 2020f, p. 142).

A Amefricanidade é epistêmica, busca desaprender a narrativa hegemônica e a desaprender do conhecimento branco colonizador, para pensar e elaborar novos critérios epistemológicos e categorias de análise, que promovam contra narrativas decoloniais, nascidas das trajetórias dos sujeitos situados nas periferias, nos lugares marginalizados, subvertendo o polo de enunciação e validação do discurso do lado colonizador para o do colonizado (Cardoso, 2020, p. 48).

Segundo Gonzalez (2020f, p. 145-146):

dentro da estrutura das profundas desigualdades raciais existentes no continente, a desigualdade sexual está inscrita e muito bem articulada. Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as amefricanas e as ameríndias. O caráter duplo de sua condição biológica – racial e/ou sexual – as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente.

Para Gonzalez (2020f), como esse sistema transforma diferenças em desigualdades, a discriminação que sofrem assume um caráter triplo, dada a sua posição de classe: as mulheres ameríndias e amefricanas são, na maioria, parte do imenso proletariado afro-latino-americano.

Cardoso (2014, p. 970) afirma que para Gonzalez a presença da latinidade no Novo Mundo foi inexistente. O que houve foi a presença de elementos ameríndios e africanos, razão da sua defesa da ideia de América Ladina e de que os brasileiros seriam ladinoamericanos, e ainda do entendimento segundo o qual “a negação da presença afro-ameríndia seria decorrente do racismo”.

Viana (2006, p. 20) afirma que a importância e o significado da africanização da cultura nacional e a introdução da teoria psicanalítica nas reflexões de Gonzalez mostram-se fundamentais na compreensão do que ficou encoberto pela ideologia: a marginalização da população negra e o mito da democracia racial.

Cardoso (2014) destaca que, segundo Gonzalez, o capitalismo patriarcal não explica as construções de gênero referentes às amefricanas, às mulheres negras, às indígenas, sendo necessário incluir outro tipo de discriminação: a de caráter racial. De fato, “racismo e sexismo são apresentados como eixos estruturantes de opressão e exploração, e o redimensionamento do sexismo pela raça faz submergir as desigualdades de gênero que colocam as mulheres negras em uma dimensão das relações sociais diferente das mulheres brancas” (Cardoso, 2014, p. 974).

#### **4. A ATUALIDADE DE LÉLIA GONZALEZ**

Rios (2021) destaca que Gonzalez foi traduzida para o francês em 2015 e o termo Amefricanidade foi apresentado como denúncia da “latinidade” da América Latina como uma forma do eurocentrismo e como ocultação dos africanos e indígenas nas culturas contemporâneas do continente. Os estudiosos da psicanálise redescobriram Gonzalez pelo seu uso epistemológico da psicanálise e seu conceito de *racismo por denegação* para caracterizar sociedades colonizadas pelos ibéricos. Outra linha de pesquisa a partir de Gonzalez é a perspectiva interseccional que engloba as dimensões da dominação sexual, de classe e de raça.

Cardoso (2020, p. 47) afirma que o pensamento de Gonzalez chega ao presente dialogando com o debate atual sobre gênero e colonialidade; “mostra o lugar de gênero reconfigurado por raça na estruturação da dinâmica de exploração capitalista”.

Na literatura, as três personagens que narram o romance o *Torto Arado*, a partir de suas vivências, caminhos de resistência na luta pela terra e pela própria sobrevivência, pode ser lido, segundo Paula (2022, p. 87) a partir da ideia de amefricanidade de Gonzalez. Paula (2022) afirma que a literatura negro-brasileira se caracteriza de um ponto híbrido de análise que reconhece o Brasil como um país múltiplo, não considera o mito da democracia racial e identifica diversos matizes da população brasileira, fruto de um processo colonial e imperialista. Esse processo, doloroso, feito a custo de genocídio e etnocídio, reverbera na contemporaneidade em um quadro que considera as comunidades originárias, africanas e europeias como matrizes de uma população clivada e em constante reconstrução identitária. Sob essa perspectiva, Lélia Gonzalez nos apresenta ao conceito de Amefricanidade, que reflete a amplitude e diversidade da literatura afro-brasileira, estabelecendo-se em consonância com a própria sociedade, clivada e circundada em múltiplas relações de poder, da qual a luta dos povos originários e afrodescendentes se demarca como processo de sobrevivência e (re)existência. A Amefricanidade a qual Gonzalez se refere constitui-se de todas as vivências político-culturais, por sua vez desenvolvidas na narrativa de *Torto Arado*, e que estão presentes na flutuante atmosfera identitária do Brasil.

Para além dessa discussão na literatura, apresentamos algumas informações sobre o mercado de trabalho, a violência e o trabalho de cuidado no Brasil para denotar a atualidade da interpretação de Gonzalez sobre a formação do Brasil e da América Latina.

Feijó (2022) apresenta alguns indicadores do mercado de trabalho no Brasil nos anos de 2020 a 2022 que mostram a atualidade do pensamento de Gonzalez. Houve uma

redução de 27% no número de desalentados entre o 3º trimestre de 2020 e 2022, mas a composição étnico-racial não se alterou.

Para Feijó (2022), o desalento brasileiro tem um perfil racial; os desalentados são majoritariamente pretos/pardos. A quantidade de desempregados no Brasil, em termos absolutos, caiu de 13,5 milhões para 9,5 milhões entre o 3º trimestre de 2021 de 2022. No recorte por raça, a composição racial apresentou pouca variação; a maior parte dos desempregados são pretos/pardos (em torno de 65%). Entre os 9,5 milhões de desempregados registrados no 3º trimestre de 2022, mais de 6,1 milhões (64,9%) eram pretos/pardos; os brancos e amarelos totalizavam 3,3 milhões. O número de informais pretos/pardos passou de 23,1 milhões no terceiro trimestre de 2021 para 24 milhões no terceiro trimestre de 2022 e são maioria entre os informais<sup>6</sup>: dentre os 39,1 milhões de trabalhadores informais, os pretos e pardos somam cerca de 24 milhões (61,3%).

Feijó (2022) ainda aponta as disparidades de remuneração entre os grupos étnico-raciais. O salário, historicamente baixo entre os informais, é ainda menor para os informais pretos e pardos. No terceiro trimestre de 2022, o rendimento médio efetivo dos trabalhadores informais pretos e pardos era R\$ 1.289 e o dos informais brancos e amarelos era R\$ 2.238. A autora conclui que, independentemente do indicador de mercado de trabalho que se leve em consideração, a população negra continua em patamares muito diferentes dos brancos/amarelos.

Cerqueira *et. al.* (2021) apresenta dados sobre a violência contra mulheres negras; mostra que em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. “Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1” (CERQUEIRA *et. al.*, 2021, p. 38). O risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra; para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras.

No período de 2009 a 2019 ocorreu uma queda da violência letal, mas essa diminuição não se traduziu na redução da desigualdade racial. Em 2009, a taxa de mortalidade entre mulheres negras era de 4,9 por 100 mil; entre não negras a taxa era de 3,3 por 100 mil. Em 2019, a taxa de mortalidade de mulheres negras caiu para 4,1 por 100 mil, e entre não negras para 2,5 por 100 mil. Ao fazer a diferença entre as duas taxas se observa que, em 2009, a taxa de mortalidade de mulheres negras era 48,5% superior à de

---

<sup>6</sup> Considera-se informais trabalhadores doméstico ou privado sem carteira assinada, trabalhadores auxiliares, conta própria e empregadores sem CNPJ.

mulheres não negras, e em 2019, a taxa de mortalidade de mulheres negras é 65,8% superior à de não negras (CERQUEIRA, et. al., 2021).

Cerqueira et. al. (2021) questiona como explicar a melhora nos índices de violência entre mulheres não negras e o agravamento dos números da violência letal entre mulheres negras.

Para Romio (2013 In: Cerqueira et. al., 2021, p. 40), a violência contra as mulheres negras deve ser entendida a partir de suas especificidades; elas estão desproporcionalmente expostas a outros fatores geradores de violência: desigualdades socioeconômicas, conflitos familiares, racismo, intolerância religiosa e conflitos conjugais.

Segundo Carneiro (2003 In: Cerqueira et. al., 2021, p. 40) o racismo precisa ser compreendido como um eixo articulador das desigualdades que impacta nas relações de gênero.

... raça e sexo são categorias que justificam discriminações e subalternidades, construídas historicamente e que produzem desigualdades, utilizadas como justificativas para as assimetrias sociais, que explicitam que mulheres negras estão em situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais (CARNEIRO, 2017, p. 19 In: Atlas, 2021, p. 40).

Segundo Dieese (2023), uma das características principais do trabalho doméstico no Brasil e no mundo é ser exercido em sua maioria por mulheres. Essa ocupação compreende afazeres domésticos e tarefas de cuidados que são, em sua maioria, realizados por mulheres, com ou sem recebimento de remuneração, fato que reflete as convenções sociais de gênero. No último trimestre de 2023, a categoria era composta por 93,5% de mulheres e 6,5 % de homens. Para além de ser um ofício feminino, outra característica do trabalho doméstico no Brasil é que ele está relacionado ao nosso passado escravocrata (DIEESE, 2023, p. 6). No último trimestre de 2022, as trabalhadoras negras representavam 67,3% do total de mulheres da categoria e as não negras, 32,7%. Em 2023, a participação de mulheres negras no trabalho doméstico feminino era de 63,9% e de não negras, 36,1% (DIEESE, 2023)

Guimarães e Pinheiro (2023) destacam a existência de uma divisão racial do trabalho de cuidados (ocupações como trabalho doméstico, cuidadoras, professoras até o ensino fundamental, pessoal da enfermagem, médicas, fisioterapeutas, assistentes sociais) no Brasil. Os negros são maioria entre os trabalhos de cuidado, mas sua participação varia quando considerados os diferentes tipos de cuidado.

Neste como em outros setores da economia brasileira, existem portas que se abrem mais à presença de negros/as e outras que lhes permanecem apenas entreabertas, levando à

constituição de uma segmentação ocupacional do cuidado que é também baseada na raça, e que tem estreita relação com a questão da qualificação e da qualidade das ocupações, ainda que não apenas (GUIMARÃES; PINHEIRO, 2023, p. 17-18).

Nesse cenário é destacada a presença negra, especialmente da mulher negra nas funções de trabalho doméstico direto (cuidadora de crianças e idosos) e indireto (trabalhadoras dos serviços domésticos em geral) e no trabalho de limpeza, cozinha, portaria e zeladoria.

Essa divisão sexual e racial do trabalho de cuidados não é uma simples separação de homens e mulheres, negros e brancos, pelas diferentes posições no campo. Ela implica em uma divisão que reserva a determinados grupos as posições de maior prestígio, maior remuneração e maior proteção social, enquanto aos demais cabem as ocupações de menor reconhecimento social, menor retorno financeiro e proteção do Estado (GUIMARÃES; PINHEIRO, 2023, p. 19).

A Nota informativa, n.1 do MDS/SNCF (2023), trata das mulheres negras no trabalho de cuidado; destaca que o trabalho de cuidados remunerados é fortemente marcado pelas desigualdades de raça e gênero; configura um espaço de mulheres negras em ocupações menos valorizadas; não são apenas trabalhadoras domésticas, ocupam diferentes posições e estão sobre-representadas entre aquelas com menores níveis de escolaridade, qualificação, proteção social e remuneração.

Os dados de Feijó (2022), sobre mercado de trabalho, Dieese (2023), Guimarães e Pinheiro (2023), MDS/SNCF (2023) sobre o trabalho de cuidado no Brasil e de Cerqueira et. al. (2021) sobre visões para explicar a razão de a violência apresentar números maiores, quando da diferenciação por raça/cor entre as mulheres, apenas confirmam a interpretação de Gonzalez (2019) sobre a prevalência do racismo e sexismo no desenvolvimento do capitalismo brasileiro e seu efeito na vida da população negra, especialmente das mulheres negras, desde o tempo do Brasil colônia. As mulheres negras ainda são, na atualidade, as principais vítimas do racismo e sexismo em nossa sociedade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso argumento é que Lélia Gonzalez, para além de seu reconhecimento como uma das pioneiras na discussão sobre um feminismo afro-latino-americano, deve ser reconhecida como intérprete do Brasil, quando defende a conformação de um capitalismo brasileiro racista e sexista, e latino-americano, quando propõe o conceito de amefricanidade e indica que estamos numa América Ladina.

Lélia Gonzalez é original ao interpretar o capitalismo brasileiro como desigual e dependente, e por apontar que mesmo dentro da classe trabalhadora é preciso reconhecer, por exemplo, a desigualdade quando fazemos um recorte por raça e gênero. Além disso, a autora propõe que no feminismo brasileiro é preciso distinguir o papel desempenhado pelas mulheres negras no processo de libertação das mulheres brancas.

O que remanesce é a questão de porquê Lélia Gonzalez, da mesma forma que inúmeras outras mulheres cientistas, permanece apagada do pensamento científico e cultural quando se trata das interpretações do Brasil, mesmo com sua contribuição original sobre o mito da democracia racial, formulada com base em olhar arguto e crítico para o predomínio da miscigenação dolorosa e não romântica que ocorreu em nosso país.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Barbara. **Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileira**. 2020. Disponível: <https://www.dmtemdebate.com.br/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro/>. Acesso: janeiro, 2022.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014.

CARDOSO, Cláudia Pons.. Amefricanidade: Proposta feminista negra de organização política e transformação social. **LASA Forum**, n. 50, p.3, p. 44-49, 2020.

CERQUEIRA, Daniel et al. *Atlas da Violência*. São Paulo: FBSP, 2021.

COSTA, Tamires. Lélia Gonzalez e o feminismo decolonial como lente de análise. **Revista Contraponto**, v. 8, n. 3, p. 27-41, 2021.

DIEESE. O trabalho doméstico 10 anos após da PEC das domésticas. *Estudos&pesquisas*. N. 106, 2023. Disponível: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.pdf>. Acesso: 20/04/2023.

FERNANDES, Ana Carolina dos Reis. A voz dissonante de Lélia Gonzalez e o feminismo negro no Brasil, **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM**, n. 42, 2 fev. 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/alhim/10346>. Acesso: novembro, 2022.

FAWCETT, Millicent Garret. **Political Economy for Beginners**. London: Macmillan, 1911.

FEIJÓ, Janaina. Negros ainda são maioria com rendimentos até 2 salários mínimos. Blog do IBRE-FGV, 2022. Disponível: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/negros-ainda-sao-maioria-com-rendimento-ate-2-salarios-minimos>

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Rev. TB**, v. 92/93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Lélia fala de Lélia. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 2, p. 383-386, 1994. (Extraído de depoimento dado a Carlos Alberto M. Pereira e Heloísa Buarque de Hollanda, publicado em *Patrulhas Ideológicas*, São Paulo: Brasiliense, 1980)

GONZALEZ, Lélia. (2020a) “Duas mulheres comprometidas em mudar o mundo”. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Org.). **Por um feminismo afrolatinoamericano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, pp. 281-285.

GONZALEZ, Lélia. (2020b) “Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher”. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Org.). **Por um feminismo afrolatinoamericano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Pp. 25-44.

GONZALEZ, Lélia. (2020c) “A juventude negra brasileira é a questão do desemprego”. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Org.). **Por um feminismo afrolatinoamericano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, pp. 45-48.

GONZALEZ, Lélia. (2020d) “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica”. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Org.). **Por um feminismo afrolatinoamericano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, pp. 49-64.

GONZALEZ, Lélia. (2020e) “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Org.). **Por um feminismo afrolatinoamericano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, pp. 75-93.

GONZALEZ, Lélia. (2020f) “Por um feminismo afro-latino-americano”. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Org.). **Por um feminismo afrolatinoamericano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, pp. 139-150.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo por omissão”. In: LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Arielle. **A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras**. São Paulo: Oralituras, 2021. p. 80-85.

GUIMARÃES, Nadya e PINHEIRO, Luana (2023). O halo do cuidado: desafios para medir o trabalho remunerado de cuidados no Brasil. In: CAMARANO, Ana Amélia e PINHEIRO, Luana. **Cuidar, verbo transitivo. Caminhos para a provisão de cuidados no Brasil**. Brasília: Ipea, mimeo.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o Poder**: movimento Negro no Rio e em São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

KUIPER, Edith. **A Herstory of Economics**. New York: Willey, 2022.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

MARCET, Janet. **Conversations on Political Economy**. London: Longman, 1827 [1816].

MARSHALL, Alfred; MARSHALL, Mary Paley. **The economics of industry**. London: Macmillan, 1879.

MARTINEAU, Harriet. **Ilustrações de economia política**: life in the wilds. London: William Clowes, 1832. [1832-1834].

MDS/SNCF. Nota informativa n.1. As mulheres negras no mercado de trabalho, 2023. Disponível:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/Secretarias/SNCF/Arquivos/Nota%20Informativa%20N1%2022.03.23.pdf>. Acesso em: 20/04/2023.

MILL, Harriet Taylor. The Enfranchisement of women. **Westminster Review**, 1851.

MYRDAL, Alva; KLEIN, Viola. **Women's two roles**: home and work. London: Routledge & Kegan Paul, 1968. [1956].

NASCIMENTO, Tamires Guimarães. Resenha. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. **Lutas sociais**, v. 23, n. 43), p. 367-371, 2019.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Lelia Gonzalez e o pensamento interseccional? Uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. **Revista Interterritórios**, v. 6, n. 10, p. 89-104, 2020.

PAULA, Allan (2022). Caminhos de resistência das personagens Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira em Torto Arado, de Itamar Vieira Junior. **Revista Entrelaces**, 12 (1): 78-93.

RIOS, Flávia. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: **Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, p. 32-41, 2021. Disponível: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/lelia-gonzalez/>

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Org.). **Por um feminismo afrolatinoamericano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SCHIENBINGER, Londa. **O Feminismo mudou a Ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SCHIENBINGER, Londa. **Tiene sexo la mente**: las mujeres en los orígenes de la ciencia moderna. Madrid: Cátedra, 2004.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Na literatura, mulheres que reescrevem a nação. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**, Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, 65-79.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Relações raciais, gênero e movimentos sociais**: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970-1990. 2006. 246 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

## NOTAS

### Endereço de correspondência do principal autor

Rua Felipe Schmidt, 1210, Ap. 902, 88.010-002, Florianópolis, SC, Brasil.

### AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Concepção e elaboração do manuscrito:** S. R. Marin

**Coleta de dados:** S. R. Marin

**Análise de dados:** S. R. Marin

**Discussão dos resultados:** S. R. Marin

**Revisão e aprovação:** S. R. Marin

### FINANCIAMENTO

Não se aplica

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica

### CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflitos de interesse

### LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Textos de Economia** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

### PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### EDITORES

Marcelo Arend